



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL**

Rua Sorbone, 375, ., Centreville - CEP 13560-760, Fone: (16) 3368-3260, São Carlos-SP - E-mail: saocarlosjec@tjsp.jus.br

**TERMO DE AUDIÊNCIA DE TENTATIVA DE CONCILIAÇÃO**

Processo nº: **0005461-45.2016.8.26.0566**  
 Classe - Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer**  
 Requerente: **ROGERIO PALMEIRA DA COSTA- desacompanhado(a) de advogado.**  
 Requerido: **MANIA KAR MULTIMARCAS LTDA EPP - Representado(a) pelo preposto(a) Sr(a). Vlademir Sebastião Santana RG 20524720/CPF 094.240.048-85 - com seu Advogado (a) Dr(a). Sérgio Henrique Rioli Yato OAB/SP 192.005**

Aos 06 de julho de 2016, às 17:00h, na sala de audiências da Vara do Juizado Especial Cível, do Foro de São Carlos, Comarca de São Carlos, Estado de São Paulo, sob a presidência do(a) **MM Juiz**, comigo escrevente ao final nomeado, foi aberta a audiência de tentativa de conciliação, nos autos da ação entre as partes em epígrafe. Apregoadas, constatou-se o comparecimento das partes, bem como de seu(s) advogado(s) e representantes, acima identificados.

Proposta a conciliação esta foi aceita pelas partes nos seguintes termos. O(a) autor pagará ao réu, por conta de todo o débito, o valor de **R\$830,00**, em **02 parcelas, sendo a primeira paga neste ato no valor de R\$600,00 e a segunda, no valor de R\$230,00 no dia 07/07/2016**. Os pagamentos serão efetuados no escritório do(a) procurador(a) do réu, mediante a emissão de recibo. O não pagamento de uma das parcelas, implicará no vencimento antecipado das demais além de **multa de 10%** sobre o saldo remanescente da dívida. O autor diz que não tem mais nada a reclamar futuramente sobre objeto deste auto. Pelo MM. Juiz **Dra. Arielle Escandolhero Martinho Fernandes** foi dito: *"Vistos. Homologo, para que tenha eficácia de título judicial, o acordo a que chegaram as partes. Há resolução do mérito nos termos do art. 487, III "b" do C.P.C. Decorridos 5 (cinco) dias do prazo previsto para o pagamento da última parcela, sem qualquer manifestação em sentido contrário ao pactuado, façam-se as anotações de estilo, providenciando-se a baixa definitiva e arquivamento dos autos digitais, presumindo-se cumprida a obrigação (Seção V, item 14.2.1 do Prov. 806/03). Publicada nesta audiência, REGISTRE-SE". E.T. As partes pedem a desistência do prazo recursal, o que é homologado pelo MM Juiz. Saem os presentes intimados e cientes de que este termo será visualizado nos autos virtuais somente com a assinatura digital do MM Juiz, porquanto o impresso e assinado pelas partes, não será digitalizado para os autos, eis que ficará arquivado cartório, pelo prazo máximo de até 2 (dois) anos. NADA MAIS.* Eu, Luciana Cristina Bueno, Escrevente Técnico Judiciário, digitei.

Requerente(s):

Requerido(s):(Preposto):

Adv. Requeridos(s):

DOCUMENTO TAMBÉM ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA